



3

América Latina y el Caribe: Escenarios posibles y políticas sociales

Editor: Theotonio Dos Santos



FLACSO



Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Oficina Regional de Ciencia
para América Latina y el Caribe

Representación de la
UNESCO ante el MERCOSUR

Proyecto Repensar América Latina

Coordinador General: Gonzalo Abad Ortíz

Comité Editorial:

Adrián Bonilla

Julio Carranza

Thetonio dos Santos

Francisco Rojas

Juan Valdés

Edición: Alfredo Prieto

Asistencia editorial: Laura Marrero

Volumen 3

Theotonio Dos Santos, Editor

América Latina y el Caribe: Escenarios posibles y políticas sociales

ISBN 978-92-9089-174-1

© UNESCO 2011

Los autores se hacen responsables por la elección y presentación de los hechos que figuran en la presente publicación y por las opiniones que aquí expresan, las cuales no reflejan necesariamente las de la UNESCO, y no comprometen a la Organización.

Las denominaciones empleadas en esta publicación y la forma en que aparecen presentados los datos, no implican de parte de la UNESCO juicio alguno sobre la condición jurídica de países, territorios, ciudades o zonas, o de sus autoridades, ni sobre la delimitación de sus fronteras o límites.

Esta publicación se encuentra disponible en www.unesco.org/uy/shs y puede ser reproducida haciendo referencia explícita a la fuente.

Impreso en 2011 por la Oficina Regional de Ciencia de la UNESCO para América Latina y el Caribe

Luis Piera 1992, 2o. piso
11100 Montevideo, Uruguay

Índice

Preámbulo. <i>Julio Carranza Valdés</i>	5
Presentación <i>Gonzalo Abad Ortíz</i>	7
Introducción <i>Theotonio Dos Santos</i>	13
La economía mundial y América Latina a inicios del siglo XXI <i>Orlando Caputo</i>	19
Un repaso de la crisis y la necesidad de una nueva arquitectura financiera internacional <i>Oscar Ugarteche</i>	57
La integración latinoamericana: etapas pasadas y escenarios posibles <i>Jaime E. Estay</i>	93
Postneoliberalismo o cambio civilizatorio <i>Ana Esther Ceceña</i>	121
Desigualdad y crisis de incorporación: la caja de herramientas de políticas sociales de la izquierda <i>Luis Reygadas y Fernando Filgueira</i>	133
O espírito de Cochabamba: a reapropriação social da natureza <i>Carlos Walter Porto-Gonçalves</i>	161
Prospectiva tecnológica para América Latina <i>Leonel Corona</i>	181

La educación superior en el mundo y en América Latina y el Caribe: principales tendencias <i>Francisco López Segrera</i>	207
Cambios demográficos y reestructuración económica en América Latina. Perspectivas y desafíos para las políticas sociales <i>Dídimo Castillo Fernández</i>	233
Centroamérica 2010 y sus escenarios de integración <i>Jorge Rovira Mas</i>	257
La crisis del imperialismo. América Latina y Panamá enfrentan cambios épicos en sus relaciones con los Estados Unidos <i>Marco A. Gandásegui, hijo</i>	283
Sobre los Autores	313

O espírito de Cochabamba: a reapropriação social da natureza

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

A América Latina/Abya Yala³⁵ (Porto-Gonçalves, 2009) vem sendo palco de um rico debate que vem proporcionado a oportunidade para que se abram novas perspectivas teórico-políticas. Como se acontecer com a produção teórica no campo das ciências humanas, em particular, as perspectivas teórico-políticas estão sempre ligadas às experiências de lutas sociais (Bourdieu).³⁶ Na verdade, esse debate e essas novas perspectivas fazem parte de uma reconfiguração político-cultural que vem se desenhando desde os anos sessenta quando emergem uma série de novas questões “quando novos atores entram em cena” (Eder Sader):³⁷ movimentos étnicos, feministas, ecologistas, de direitos civis, de jovens, entre tantos outros movimentos.

Os movimentos sociais latino-americanos não mereceram a devida atenção da teoria social crítica, sobretudo pelo seu caráter instituinte. Como afirma o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, “a teoria crítica latino-americana, em especial a dos anos 80 do século passado, concentrou suas críticas no ca-

35 Abya Yala é o nome que desde a década de 2000 os povos originários passaram a designar o continente denominado pelos colonizadores e pela elite crioula/colonial como América. Ver Porto-Gonçalves, C. W. (2009); Sader, E. *et al.* (2009).

36 Como dissera Pierre Bourdieu (2001) “é da natureza da realidade social a luta permanente para dizer o que é a realidade social”.

37 Sader, Eder (1988).

ráter “superestrutural” das análises das transições, totalmente centradas nas dinâmicas e processos políticos” ignorando que “durante os anos 80 e 90 do século passado e a primeira década do século atual, outros fenômenos ocorreram na América Latina que passaram totalmente à margem desta literatura canônica das transições e que, sem embargo, a questionam radicalmente em seus fundamentos. Refiro-me, sobretudo aos movimentos indígenas, de afrodescendentes e de camponeses” (Santos, 2010:52).

Sendo assim, é fundamental entender o contexto dessas lutas sociais, inclusive das lutas de classes, que desde os anos 1970 vem se desenhando. Ali, todo um conjunto de políticas, que mais tarde seriam chamadas de neoliberais, começa a se delinear contra as mobilizações sociais que abalaram o mundo nos anos 1960. Desde então, estamos presenciando ao mais extenso e intenso processo expropriatório de populações camponesas, de povos originários e de afrodescendentes que a humanidade e o planeta jamais experimentaram. Segundo a ONU, entre 1970 e 2010, a população urbana do planeta aumentou em 2 177 000 000 de habitantes, ou seja, acrescentou-se uma cidade de 54 milhões de habitantes no mundo a cada ano nos últimos 40 anos! A população urbana do mundo, em 1990, era maior que a população total do planeta 30 anos antes, em 1960! Na América Latina/Abya Yala, a população urbana, em 2010, era maior que a população total da região 20 anos antes: 475 milhões de população nas cidades em 2010 contra 441 milhões de população total em 1990! Em outros termos, entre 1970 e 2010 tivemos na América latina/Abya Yala uma nova cidade de oito milhões de habitantes a cada ano! Enfim, com a expansão da Revolução (nas relações sociais e de poder) Verde, com a construção de barragens e de estradas por todo lado tivemos, desde os anos 1970, a expulsão de camponeses, indígenas e afrodescendentes com a apropriação privada de suas terras e águas, em grande parte até então sob uso comunitário, para serem concentradas em grandes latifúndios empresariais voltados, sobretudo para exportação, que não só produzem muitos grãos (soja e milho), madeira para papel e celulose, cana, gado e carvão vegetal para ferro gusa, mas também produziram um aumento significativo da concentração fundiária e de poder sobre uma estrutura fundiária e de poder já historicamente concentrada, além de produzir ainda muitos trabalhadores sem terra. Observe-se que muitos desses trabalhadores expropriados se dirigiram para cidades também submetidas à especulação imobiliária que os impediu de ter acesso a uma habitação decente, onde os serviços e as indústrias, até pela revolução (nas relações sociais e de poder) técnico-científica não lhes oferecem opções de um emprego digno e, assim, nos deu cidades cujas populações se vêm hoje mais expostas às intempéries do que quando estavam nas áreas rurais. Não

olvidemos que essas populações foram lançadas nessas cidades num momento em que mudanças nas relações de poder por meio da tecnologia promoviam flexibilização laboral, permitindo ao capital escapar das regiões de tradição nas lutas operárias, com o estado não só flexibilizando direitos e promovendo a concorrência dos lugares para atrair capitais numa competição de oferta de atrativos e renúncias fiscais, e ainda se retirando de seus compromissos sociais.

Sabemos, até pela lucidez da análise de Marx acerca da constituição do capitalismo, da importância que nesse processo teve expulsão dos camponeses da terra na Europa nos séculos XVII e XVIII. Afinal, com essa expropriação, a natureza passou a ser privatizada se transformando em mero recurso natural, enfim em meio para a acumulação de capital, e os homens e mulheres desprovidos das condições naturais de existência também se transformaram em recurso humano, isto é, em mão de obra a serviço da mesma acumulação de capital. E recurso, sabemos, é meio e, por isso, são enormes os efeitos epistêmicos e políticos das expressões recursos humanos e recursos naturais, hoje de largo uso. A expropriação do homem/da mulher da terra que, como vimos, foi fundamental para a constituição do capitalismo nos séculos XVII e XVIII na Europa não tem, todavia, a extensão e a intensidade da expropriação que vem nos acometendo nos últimos 30-40 anos nessa nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na África, na Ásia, na América Latina/Abya Yala. É nesse contexto que emergem movimentos que colocam novas questões teórico-políticas, muitas das quais, inclusive, incorporam criticamente algumas das tradições do pensamento crítico de origem européia, como o marxismo.

Entre a via insurrecional e a democratização da democracia

Immanuel Wallerstein um dos pensadores mais lúcidos dedicado a refletir sobre essa nova configuração de lutas sociais chama a atenção para os limites que ali, nos anos sessenta do século passado, haviam chegado os movimentos anti-sistêmicos: os movimentos comunista, socialdemocrata e o nacionalismo revolucionário.³⁸ Embora com estratégias distintas, esses movimentos partilhavam a idéia de que era a partir da tomada do poder do Estado que as transformações que propugnavam poderiam se efetivar. Os limites anti-sistêmicos

38 Wallerstein, I. (2008).

da socialdemocracia e do nacionalismo revolucionário já haviam sido razoavelmente estabelecidos até finais dos anos oitenta. A queda do muro de Berlim, em 1989, viria explicitar os limites dos comunistas com suas estratégias de transformação desde o estado.

Desde os anos setenta que na América Latina/Abya Yala um rico debate vem se estabelecendo no campo do pensamento crítico acerca do caráter dos processos emancipatórios. Até então, a via insurrecional havia adquirido enorme legitimidade, sobretudo depois do massacre que levou à derrubada, pelas oligarquias latifundiárias aliadas ao imperialismo estadunidense, da “primavera democrática” da Guatemala (1944-1954). O êxito da Revolução cubana na derrubada dessa mesma coalizão de classes em 1959 reforçaria a perspectiva teórico-política insurrecional. Entretanto, desde o assassinato de Ernesto “Che” Guevara, em 1967, que a busca de uma via revolucionária não-insurrecional está posta no horizonte do pensamento crítico. É esse o âmbito em que se desenvolve de modo geograficamente desigual na América Latina experiências como a chilena de Salvador Allende (1971-1973), enquanto via não-insurrecional, e a revolução sandinista (1979-1989), última experiência de uma via insurrecional vitoriosa. Os Estados Unidos, por seu turno, estimularam por todos os meios grupos militarizados, inclusive com o apoio de mercenários, como na luta dos “contras” para derrubar o governo sandinista.³⁹ Ainda que a experiência guerrilheira tenha sobrevivido como no caso colombiano, tanto as FARC como o ELN afirmam que não há solução meramente militar para o conflito no país e insistem na busca de uma solução política. Enfim, a queda do muro de Berlim estreitou ainda mais as possibilidades dos movimentos guerrilheiros, como se pode ver nos acordos de paz em El Salvador e na Guatemala. As possibilidades de que se chegue uma solução da mesma natureza na Colômbia encontram enormes dificuldades, sobretudo pelo enraizamento do para-militarismo nas estruturas de poder naquele país, o que vem nos oferecendo tragédias sucessivas, como se pode constatar tanto pelos assassinatos contra os militantes de outras organizações guerril-

39 O para-militarismo enquanto prática política sistemática já vinha sendo desenvolvido por grupos políticos de direita com o apoio estadunidense desde os finais dos anos sessenta como estratégia de luta contra as guerrilhas. Honduras cumpriu, desde os anos oitenta, um papel destacado nesse sentido dando suporte aos “Contras” na luta contra o governo revolucionário da Nicarágua que derrotara a ditadura de Anastácio Somoza, conhecida não só por sua violência como também pela corrupção. Desde então, o para-militarismo se tornaria um dos obstáculos políticos mais graves para os que lutam por democracia com justiça social na América Latina.

heiras que abandonaram a luta político-militar e tentaram a via legal desde finais dos anos oitenta, como pelo número de jornalistas assassinados no país. Enfim, o legado dessa experiência teórico-política passou da convicção quase naturalizada das teorias insurrecionais de que a democracia na América Latina era sempre impedida de avançar por sucessivos golpes militares até as experiências atuais de “uso contra-hegemônico de instrumentos hegemônicos”, como a democracia representativa, o direito e o constitucionalismo,⁴⁰ conforme demonstram os casos boliviano, equatoriano e venezuelano, sobretudo (Santos, 2010).

1989: um novo ciclo nas lutas sociais latino-americanas (Abya Yala)

Pode-se dizer que o ano de 1989 abre um ciclo de lutas sociais na América Latina e, como tal, fecha um outro ciclo. Esse ciclo que se fecha, tem seu iní-

40 Entre as estratégias de “uso contra-hegemônico de instrumentos hegemônicos” (Santos) está o constitucionalismo que forças políticas anti-neoliberais lançaram mão para forjar transformações constitucionais com amplo respaldo popular. Os setores conservadores mostraram o quanto essa estratégia a incomodava com o golpe de estado contra o governo constitucional de Manuel Zelaya, em Honduras. Ali o elemento motivador da sanha golpista foi a proposta do então presidente de incluir no processo eleitoral uma consulta para saber se o povo concordava em convocar uma constituinte. A grande mídia fez o seu papel de apoio às forças conservadoras difundindo informações falsas de que o presidente Zelaya estava querendo se reeleger, o que não era possível já que encerrava o seu mandato e não cabia reeleição. O golpe de estado contra o povo hondurenho deve ser visto no novo contexto geopolítico que passa a viver a região com a eleição de Barak Hussein Obama, onde a IV^a Frota foi reativada, novas bases militares estadunidenses são estabelecidas na Colômbia e as forças militares dos Estados Unidos ocupam o aeroporto de Porto Príncipe no Haiti, quando do terremoto que atingiu o país, ocupação essa que impediu que aviões brasileiros chegassem ao país, mesmo estando as tropas da ONU no país sob comando do Brasil. (Esse fato gerou pronunciamento público do Ministro das Relações Exteriores brasileiro Celso Amorim). Tudo indica que o governo dos Estados Unidos voltou a se preocupar com a América Latina relativamente esquecida durante os governos Bush pai e filho e Clinton, ou seja, durante os anos 1990 e praticamente toda a primeira década deste século.

cio com a Revolução cubana que ensejou tanto movimentos guerrilheiros e governos nacionalistas populares, de um lado, como políticas de intervenção militar aberta dos Estados Unidos, como na República Dominicana contra o nacionalismo revolucionário de Juan Bosch, e ainda apoio aberto a golpes de estado que deram origem a regimes ditatoriais civil-militares contra governos nacionalistas populares, como no Brasil (João Goulart) e no Peru (Velasco Alvarado), assim como as vistas grossas ao para-militarismo, quando não o apoio a aberto essas práticas, como no caso dos “Contras” nicaragüenses. As ditaduras sanguinárias que se seguiram na Argentina, no Uruguai e, sobretudo no Chile, eliminaram fisicamente grande parte das lideranças populares e abriram espaço para os regimes liberalizantes que se implantaram desde então que, assim, são regimes que, rigorosamente, se ergueram sobre cadáveres. (A frase não é uma figura de retórica).

Enfim, a queda do muro de Berlin encerraria um ciclo das lutas sociais que se desenvolvera no contexto da Guerra Fria. Apesar do luto que cobriu as esquerdas, não foi assim que reagiram os segmentos subalternos na América Latina. Ao contrário, mesmo com a queda do muro e o discurso do “fim da história”, os movimentos sociais tiveram um papel protagonista desde 1989. O interessante é que a vasta literatura sobre a transição dos regimes ditatoriais para a democracia na América Latina tenha se destacado pela omissão quase completa do papel dos movimentos sociais no processo de democratização, sobretudo a presença dos movimentos indígena, camponês e de afrodescendentes.

Aqui, na América Latina, em 1989, se inicia um longo ciclo de lutas populares que tem como marco (1) o Caracazzo; (2) o fim do governo sandinista revolucionário e (3) a queda do Presidente Raul Alfonsín (Argentina), o primeiro de uma longa lista de mais de uma dezena de governos que cairiam na região, todos pelas medidas antipopulares neoliberais que propunham e pelas amplas *movilizations callejeras* que contra elas se seguiram nos anos 90. Enfim, governos eleitos democraticamente, depois que as ditaduras haviam dizimado as lideranças populares, caíam não mais por golpes de estado, mas através de mobilizações de rua.

Assim, um novo movimento/processo emergia na cena política, agora não mais protagonizada pelos partidos políticos tradicionais, mesmo que à esquerda, até porque esta estava debilitada não só fisicamente como também teórica e politicamente tanto pela queda do muro como por outras questões colocadas por outros protagonistas que exigiam outro referencial teórico-político.

Tomo aqui como referência desse novo ciclo de lutas que se inicia em 1989 o próprio *affair* que envolveu os indígenas Miskitos no contexto da revolução sandinista, que atualizava a dificuldade histórica das esquerdas convencionais de lidar com a questão indígena,⁴¹ conforme registra a expulsão de José Carlos Mariátegui da Internacional Comunista nos anos 1930.

A tensão entre a esquerda e os indígenas ao mesmo tempo em que ocorria a queda do muro de Berlin abriu espaço para que os mais oprimidos/explorados entre os mais oprimidos/explorados de nossa América/Abya Yala, ou seja, os povos originários e os afrodescendentes encontrassem uma atmosfera favorável para que apresentassem suas questões próprias. Já em 1990, tanto na Bolívia como no Equador, ocorrem marchas que percorrem esses países sendo de destacar que ambas se designam como Marcha pela Dignidade⁴² e pelo Território. Já em 1992, os povos indígenas e seus intelectuais conseguem resignificar o sentido da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro, não só associando a data aos 500 anos de “encobrimento” da América/de Abya Yala. Destaque-se, ainda, a aproximação dos camponeses, dos indígenas e dos afrodescendentes ao movimento ambientalista. Chico Mendes, nos finais dos anos oitenta, chegou a criar a Aliança dos Povos da Floresta junto com o líder indígena Ailton Krenak.

41 Não esqueçamos a reforma agrária boliviana, de 1952, onde as terras comunitárias dos ayllus na Bolívia foram parceladas em terras camponesas, ignorando as observações de Marx a Vera Zazulich. Não nos surpreendamos, portanto, quando temos o indigenato boliviano e de outros países latino-americanos não se sentindo confortáveis com a caracterização de esquerda, mesmo combatendo o capitalismo, tirando assim a pretensão desta de monopólio de crítica ao capitalismo.

42 Um dos mais expressivos deslocamentos teórico-políticos produzidos pelos movimentos sociais latino-americanos, em particular pelo indigenato, foi colocar a dignidade num patamar elevado do léxico político, para além da clássica questão da desigualdade que, todavia, permanece no horizonte político na luta por justiça. Humberto Cholango, dirigente que esteve no levantamento de 1990 (Marcha pela Dignidade e pelo Território) assinala bem essa diferença quando questiona o Presidente Rafael Correa afirmando “Nos consideram como interesses corporativos, (mas) nós não somos um grêmio de taxistas. Somos representantes de nacionalidades indígenas” (entrevista concedida em fevereiro de 2010 a Boaventura de Sousa Santos e referida em *La refundación del Estado em América Latina: perspectiva desde una epistemología del sur*, IVIC, Caracas, 2010).

Os Estados Unidos ainda tentaram ao longo dos anos 90, através da OMC, impor regras visando a mais completa liberalização do comércio mundial logo após a queda do Muro de Berlin. Todavia, diante da recusa europeia, sobretudo da França, de aceitar o Acordo Mundial de Investimento que, entre outras coisas, retirava dos estados nacionais a prerrogativa de constituir fóruns soberanos para julgar contenciosos que envolvessem as grandes corporações transnacionais, os Estados Unidos se desencadearam uma nova estratégia de acordos regionais para garantir seus interesses, como no caso do NAFTA, envolvendo o Canadá e o México. Quando a festa estava preparada para a assinatura do NAFTA, em 1º de janeiro de 2004, eis que vem à tona o México Profundo através do Levante Zapatista que atualiza a resistência indígena agindo pela primeira vez de modo globalizado ao lançar mão, inclusive, dos mais modernos meios de comunicação, como a internet. Mais uma vez os povos originários se apropriavam da cultura do dominador para afirmar seus valores próprios mostrando que não são contra a tecnologia desde que essa não seja contra eles. [Aliás, não fosse essa flexibilidade dos indígenas para mudar diante das circunstâncias e não teriam permanecido indígenas como se reivindicam hoje, diga-se, de passagem.⁴³

A entrada em cena do movimento indígena enseja que retomemos o conceito de indigenato que Darci Ribeiro havia formulado —“campesinato etnicamente diferenciado” — que tão bem caracteriza um amplo segmento do campesinato latino-americano.⁴⁴ Essa aproximação de grupos sociais e etnias distintas já haviam conformado a Aliança dos Poços da Floresta na Amazônia brasileira, como vimos. À mesma época, no Pacífico sul colombiano, também os afrodescendentes, que haviam encontrado na floresta o abrigo na sua luta

43 Lembro aqui do Cacique Xavante Mario Juruna (1942/3-2002), eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro em finais dos anos 1980, que se notabilizou por andar, sempre, com um gravador à mão, tecnologia não-indígena. Dizia o Cacique Xavante que usava o gravador para gravar os depoimentos de políticos brancos para, no momento adequado, lembrar aos mesmos declarantes o que haviam prometido e dito, já que sempre diziam que não haviam dito. Vindo de uma cultura ágrafa, o Cacique Xavante sabia que não a palavra escrita para gravar a palavra não podem mentir, pois isso tornaria a vida social impossível. Assim, o Cacique Xavante ao gravar os depoimentos com o uso de um gravador usava uma tecnologia não-indígena para afirmar um valor caro aos indígenas: Não Mentir.

44 Armando Bartra, mais tarde, chamaria de campesíndio a essa mesma formação social de camponeses indígenas ou indígenas camponeses. Ver Bartra, Armando (2008).

pela liberdade com seus *palenques* (quilombos), se aproximam dos ambientalistas contribuindo para consolidar a luta pelo território. Assim, seja pela vertente indígena, seja pela vertente camponesa (seringueiros), seja pela vertente dos afrodescendentes se coloca a luta pela terra para além da dimensão econômica. Com isso, politizam a cultura afirmando as distintas territorialidades que conformam nossos territórios que se querem (mono) nacionais na tradição liberal: um estado é igual a um território que é igual a uma nação, onde as múltiplas nacionalidades, povos e etnias e suas territorialidades se desfazem em indivíduos em nome da cidadania. O líder equatoriano Humberto Cholango afirma que até o levante de 1990 lutava como camponês e que, desde então, se identifica como indígena e ainda afirma que a queda do muro, e com ela a perda de prestígio do marxismo no movimento sindical, muito contribuiu para que ocorresse essa mudança teórico-política e identitária. O mesmo pode ser verificado com Felipe Quispe, que de líder camponês de orientação marxista trotskista, se torna um líder/sábio mallku aymara. Assim, já não bastava a luta pela terra, pelo crédito e pela assistência técnica, reivindicações características do movimento camponês. Agora essas reivindicações vinham acrescidas do componente cultural, sendo que o próprio conceito de cultura ganha uma dimensão material muito concreta enquanto luta por território. Entre os afrodescendentes do Pacífico sul colombiano se afirma abertamente que território é “cultura mais biodiversidade” e, assim, demonstram que estão antenados com o debate ambientalista, mas lhe emprestam uma dimensão teórico-política distinta daquela do ambientalismo de primeiro mundo ao enfrentarem os grupos empresariais e os grupos paramilitares que querem expropriá-los para plantar palma, soja e outras *commodities*.

Aliás, a aproximação de tradições políticas distintas no interior dos grupos sociais subalternos é uma das características mais importantes desse novo ciclo de lutas emancipatórias em nosso continente. É possível ver a imbricação do marxismo com o movimento indígena tanto no zapatismo,⁴⁵ entre os maias, como no katarismo, entre os aymaras. Até mesmo Evo Morales Ayma produz um gradativo deslocamento identitário enquanto líder camponês cocalero, para o movimento indígena, para o que muito contribuiu, dialeticamente, a ação imperialista na Bolívia com a política de erradicação da coca que ensejou a nacionalização do movimento camponês através do movimento indígena haja vista que, na Bolívia, zero de coca, como propugnava o embaixador estadunidense no país,⁴⁶ significava zero de aymara e zero de quéchua, como

45 Para não falar da imbricação do marxismo com o catolicismo popular nas Comunidades Eclesiais de Base e na Teologia da Libertação.

46 Refiro-me aqui à arrogante declaração do embaixador estadunidense Mario Rocha, em 2001, impondo a meta de zero de coca na Bolívia.

dissera Evo Morales Ayma. Assim, um líder camponês foi, pouco a pouco, se tornando um líder nacional em torno da causa indígena e se torna líder nacional em função da arrogante ação imperialista. Diga-se, de passagem, que na Bolívia a própria cultura política revolucionária com forte tradição entre os operários das minas, conforme a histórica COB – *Central Obrera Boliviana* - se imbricou com a cultura camponesa e indígena com a *débaçle* das minas em função das políticas neoliberais que praticamente acabaram com a classe dos mineiros, muitos dos quais se campesinaram enquanto plantadores de coca. Assim, uma história de larguíssima duração se torna atual através da coca.⁴⁷ A luta social se mostra luta de um tempo de larga duração.

1998, uma bifurcação no ciclo de lutas de 1989

Já em 1998, na campanha eleitoral venezuelana, o ciclo de lutas inaugurado em 1989 e fortalecido com o 1990 (Marchas pela Dignidade e pelo Território no Equador e na Bolívia), com o 1992 (com a leitura própria de 1992 associando-a ao 1492) e com o 1994 (Levante Zapatista), pela primeira vez um candidato antiimperialista e anti-neoliberal chega ao governo, dando assim um novo contorno àquele ciclo de lutas iniciado em 1989. Assim, governos com políticas que questionam a agenda neoliberal se elegem na esteira dos movimentos sociais nessa nova fase do ciclo iniciado em 1989. Ainda que o caso venezuelano reúna dois movimentos/processos distintos, de um lado, o bolivarianismo e seu antiamericanismo histórico presente em setores militares⁴⁸ e, de outro lado, a luta popular que se manteve mesmo após a derrota da guerrilha nos anos 1970 e que tem no Caracazzo (1989) seu momento de maior expressão pública, os casos boliviano, equatoriano e mexicano (zapa-

47 Não é de se ignorar o papel do katarismo no movimento indígena boliviano e que nos remete a uma história de larguíssima duração da luta dos aymaras contra o império inca. Tupac Katari, embora tenha se aliado a Tupac Amaru na luta contra o império espanhol, em 1781, se manteve independente de Tupac Amaru, pois este, por ser descendente de incas pretendia restabelecer o império inca, com o que Tupac Katari não concordava.

48 Simon Bolívar foi pioneiro ao identificar a vocação imperial dos Estados Unidos. Para isso sua Carta da Jamaica de 1815 já antecipava a visão que se mostraria pública com a Doutrina Monroe de 1823, contra a qual Bolívar convocara a reunião do Panamá em 1826, e, sobretudo pela guerra contra o México (1845-1848) quando o império mostraria pela primeira vez sua vocação de ação militar na tomada de territórios, que valeu a tomada do atual Novo México, Utah, Arizona e Califórnia.

tismo) talvez nos iluminem com mais precisão os processos emancipatórios profundos que estão em curso na América Latina/Abya Yala.

Uma das características mais importantes desses processos/movimentos é a recusa às formas tradicionais de fazer política consagrada, sobretudo nas tradições das esquerdas e seus partidos que privilegiam a tomada do poder. Boaventura de Sousa Santos chega a dizer que emana daí a necessidade de se tomar distância até mesmo “La em relação à tradição crítica eurocêntrica, pois, segundo ele, há “uma enorme discrepância entre o que está previsto na teoria e nas práticas mais transformadoras em curso no Continente. Nos últimos trinta anos as lutas mais avançadas foram protagonizadas por grupos sociais (indígenas, camponeses, mulheres, afro-descendentes, *piqueteros*, desempregados) cuja presença na história não foi prevista pela teoria crítica eurocêntrica. Suas organizações se fizeram, muitas vezes, segundo formas (movimentos sociais, comunidades eclesiais de base, piquetes, autogoverno, organizações econômicas populares) muito distintas das privilegiadas pela teoria (eurocêntrica): o partido e o sindicato. Não habitam os centros urbanos industriais, mas lugares remotos nas alturas dos Andes ou nas planícies da selva amazônica. Expressam suas lutas muitas vezes em suas línguas nacionais e não em nenhuma das línguas coloniais em que foi redigida a teoria crítica. E quando suas demandas e aspirações são traduzidas nas línguas coloniais não emergem os termos familiares de socialismo, direitos humanos, democracia ou desenvolvimento, senão dignidade, respeito, território, autogoverno, o *buen vivir*, a Madre terra” (Boaventura, 2010:19-20).

O mesmo observa o cientista social e atual vice-presidente da Bolívia Álvaro García Linera: “Esta narrativa modernista e teleológica da história, no geral adaptada dos manuais de economia e de filosofia, criará um bloqueio cognitivo e uma impossibilidade epistemológica com respeito a duas realidades que serão o ponto de partida de outro projeto de emancipação, que com o tempo se sobreporá à própria ideologia marxista: a temática camponesa e étnica do país⁴⁹ (García Linera, 2009: 482). É o que se verá em várias experiências latino-americanas em diferentes escalas a latitudes.⁵⁰

Na Venezuela há uma rica experiência legada por ex-guerrilheiros na Serra San Luis, no estado Falcon, com seu Conselho Comunal José Leonardo Chi-rino, onde reinventaram a luta pela terra enquanto luta por território através da criação de um parque ecológico com auto-gestão comunitária camponesa

49 Linera, Álvaro García (2009).

50 Porto-Gonçalves, C. W (2009).

e práticas de agroecologia e outras tecnologias adaptadas, inclusive com o uso de moeda própria, o zambo.⁵¹

O zapatismo bem que tentou através dos Acordos de San Andrés articular o movimento *desde abajo* com políticas públicas formais. Foi derrotado e foi buscar na auto-organização das Juntas de Bom Governo sua forma de exercer a autonomia territorial.

Já na Bolívia se buscou outra forma criativa de articular a luta pelo Poder do estado, através do M.A.S., com a auto-organização do movimento social, como se pode verificar no I.P.S.P. que completa a sigla do M.A.S., o que quase sempre é omitido. Antes de tudo, destaque-se que M.A.S. é Movimento Al Socialismo e não Partido Socialista. E I.P.S.P. é *Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* e, assim, afirmam o caráter de instrumento, de meio e não de um fim em si mesmo, e que este meio deve estar a serviço da soberania de *los pueblos*. Atenção: *pueblos*, no plural e não povo no singular, como até então o léxico político da esquerda propugnava. Assim, a luta pela igualdade, pelo socialismo, se coloca ao lado da luta pela diversidade dos povos e com um caráter comunitário. Mais que estado nacional sinalizam para o que depois se verá consagrado como estado plurinacional comunitário, na Bolívia, e estado plurinacional, no Equador. Mais que multiculturalismo, conforme os discursos hegemônicos e/ou pós-modernos, falam de interculturalidade, de transculturalidade, de transmodernidade (Enrique Dussel), ou seja, de complementaridade e de reciprocidade, conforme as tradições da filosofia quéchua (Josef Esterman), da filosofia aymara (Silvia Rivera Cusicanqui), da filosofia maia-labal (Carlos Lekensdorf), da filosofia wayuu/yukpa/Bari (José Angel Quintero Weyr) entre outras.

O espírito de Cochabamba

A cidade de Cochabamba pode ser tomada como um marco no ciclo de lutas emancipatórias em curso em nosso continente, ao estabelecer uma nova relação entre os movimentos sociais e o poder estatal. Ali em Cochabamba no ano 2000 todo um complexo de movimentos sociais —ecologistas, camponeses, moradores, indígenas, jovens— se conformou contra a privatização da água. A Guerra da Água, como ficaria conhecida essa luta, conseguiu, pela primeira vez, expulsar uma multinacional que acabara de ganhar a concessão

51 Ainda está para ser contada as múltiplas histórias da guerrilha latino-americana após seu ciclo áureo nos anos 1960-70.

para mercantilizar a água.⁵² É esse espírito de Cochabamba que surge entre Seattle (1999) e o 1º Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, em 2001, que sinaliza para um movimento de fundo que sintetiza um conjunto de lutas sociais que vem se desenvolvendo de forma dramática nos últimos 30/40 anos e que ganha contornos mais claros desde 1989 (Caracazzo) e 1998 (eleição de Chávez) e, sobretudo desde o ano 2000 (Guerra do Gás).

As lutas contra a expropriação territorial desenvolvida pelos povos indígenas, quilombolas e camponeses adquirem um sentido revolucionário, sobretudo ao se encontrar com o movimento ambientalista posto que, juntas, lutam pela *reapropriação social da natureza*. Afinal, essa é a mensagem de fundo que emana desse conjunto de movimentos que a Guerra da Água de Cochabamba tão bem resume. Essa mesma luta se desdobrou, ainda na Bolívia, como luta pela reapropriação do gás e que, não abdicando da auto-organização em redes, também não se furtou a encarar de fato a questão do poder. A primeira eleição de Evo Morales Ayma (2005) significa esse encontro do movimento social emancipatório com as estruturas de poder hegemônicas (“uso contra-hegemônico de instrumentos hegemônico”, conforme Boaventura de Sousa Santos). A tensão criativa existente na Bolívia entre o governo e os movimentos sociais é a expressão desse aprendizado que produz um transcrescimento do marxismo⁵³ e de outras matrizes de racionalidade de múltiplos movimentos sociais no mundo atual.

No Equador, ainda que as relações entre os movimentos sociais e o Presidente Rafael Correa sejam tensas, a Constituição aprovada em 2010 consagra novos horizontes teórico-políticos cuja origem vem dos movimentos indígenas, como por exemplo, o fato de pela primeira vez na história da humanidade a natureza constar como portadora de direitos na nova Constituição do país. Além disso, oferece ao mundo novas perspectivas filosóficas para o devir dos povos com o Sumak Kawsay (*Bien Vivir*) dos quéchuas, o mesmo que Suma

52 Uma das cláusulas do contrato que privatizava a água em Cochabamba era uma “cláusula de confidencialidade” através da qual o poder público se comprometia a não revelar as bases do contrato para a população. Ou seja, o poder público não podia tornar público o contrato que fazia, o que nos mostra o limite a que se chegou com a lógica privada levada ao plano da *res publica*.

53 Refiro-me aqui ao discurso de posse de Álvaro García Linera como vice-presidente do Estado Plurinacional da Bolívia em janeiro de 2010 quando se dirige ao Presidente Evo Morales Ayma e lhe presta lealdade dizendo ser a lealdade de um “bolchevique katarista”, expressão que, em si mesma, indica que estamos diante de outro marco teórico-político que reinventa tradições que no eurocentrismo permanecem excluídas.

Qamaña de que nos falam os aymaras a partir da Bolívia, sobretudo. Ou seja, uma perspectiva que se coloca fora do horizonte do crescimento ilimitado conforme distintas correntes da tradição de pensamento europeu à direita e à esquerda. Como demonstração dessa nova perspectiva, destaquemos a originalíssima proposta do governo do Equador no projeto ITT —Ishingo-Tambococha-Tiputini— localizado numa das regiões de maior biodiversidade do mundo, nos contrafortes andino-amazônicos no Parque Nacional de Yasuní. Nesse projeto o governo equatoriano se compromete a deixar sem exploração os 850 milhões de barris de petróleo desde que consiga arrecadar a metade do que obteria com a exploração desse recurso, um rendimento de cerca de 4 a 5 bilhões de euros em 13 anos,⁵⁴ e destinar o dinheiro arrecadado em energias renováveis, reflorestamento e outras medidas ambientalmente responsáveis. Essa iniciativa deixaria de emitir 410 milhões de toneladas de CO₂ para a atmosfera e vai em direção contrária do que se viu na reunião de Copenhague onde se buscava ganhar dinheiro criando um mercado de carbono. Aqui, ao contrário, não só se evita emitir CO₂ como busca reduzir a demanda de energia indicando que busca uma mudança no estilo de vida.⁵⁵

É preciso verificar que esse mesmo ano de 2000 nos revela os novos e contraditórios processos que estão subjacentes às lutas sociais na América Latina/ Abya Yala, hoje. Afinal, os Estados Unidos se viram tendo que reorganizar suas estratégias em função da multipolaridade geopolítica que começa a se desenhar já a partir dos anos 90, conforme já destacamos com a criação do NAFTA, em 1994, mas também nesse mesmo ano com o início das tratativas visando a criação da ALCA que, inicialmente conduzida de modo confidencial, por suas contradições internas acabou vindo à luz no final dos anos 90. Desde então, os movimentos sociais organizam importantes mobilizações contra a ALCA. Nesse mesmo ano 2000, por iniciativa do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, é proposta a IIRSA (Iniciativa de Integração

54 Não é qualquer coisa que está sendo proposto, pois o petróleo corresponde a 22% de PIB equatoriano e a 63% do total das exportações do país.

55 “O que está emergindo no Qullasuyo é menos que uma civilização antagonica, mas complementária ao Ocidente, cuja especificidade, sua diferença específica, estriba em se auto-compreender no contínuo com a natureza, diferentemente do Ocidente que se entende desde a diástase criador/criatura, é dizer, desde a separação e cuja conseqüência mais grave é haver causado o atual aquecimento do planeta. A humanidade precisa de um modelo de civilização amigável com a biosfera e um exemplo disso é a indianidade, uma possibilidade ... (...)” (Medina, s/d - *La comprensión vicepresidencial de las autonomías indígenas se puede implementar con la ley de participación popular y la ley del diálogo: no hace falta una Constituyente*).

Regional Sul Americana) um conjunto de obras de infra-estrutura (hidrelétricas, portos, aeroportos, estradas, redes de transmissão de energia) que visava dar base material logística aos acordos da ALCA. Com a IIRSA o que se visa é construir uma infra-estrutura sólida para que as economias latino-americanas se beneficiem da reconfiguração geopolítica do mundo onde a Ásia passa a ter um papel protagônico, com destaque para a China. É o que chama de “regionalismo aberto” ou “novo regionalismo”

Assim, 1998, com a eleição de Hugo Chávez seguida por outros governos que se beneficiam da deslegitimação das políticas neoliberais pelos movimentos sociais, e 2000, com a Guerra da Água e do IIRSA-ALCA, nos dão os marcos nos quais se inscrevem as lutas sociais no bojo das contradições dos próprios governos progressistas, ainda que com diferentes perfis. Afinal, a herança de uma enorme injustiça social impele que esses governos busquem políticas de curto prazo que minimizem a pobreza e, para isso, usem a IIRSA, projeto que, como vimos, foi criado para dar a base logística para a ALCA e para a integração competitiva nos mercados globais emergentes, através da exportação de minérios e outras *commodities* (soja, carnes, papel e celulose, frutas), sobretudo para a Ásia. Com isso, grandes projetos minerais e agrícolas se expandem sobre terras indígenas, de afrodescendentes, de camponeses aumentando a expropriação num processo batizado por David Harvey como acumulação por espoliação. No Brasil, os conflitos envolvendo essas populações já superam os conflitos envolvendo os chamados trabalhadores sem terra, conforme vem destacando a Comissão Pastoral da Terra do Brasil. Em outras palavras, o número de conflitos envolvendo populações que tradicionalmente ocupam terras é maior que os conflitos envolvendo os que lutam para obter terras, o que significa que está se intensificando novamente o processo de expropriação de trabalhadores sem terra, tal como nas décadas pós 1970, processo que à época foi comandado por regimes ditatoriais. Afinal, os sem terra de hoje foram populações que tradicionalmente ocupavam terras até os anos 1970. Nesse contexto, tem sido grande a pressão das grandes corporações⁵⁶ para relaxar a legislação ambiental, vista como “obstáculo ao des-

56 É de se destacar o complexo de poder técnico-científico-indus Javier Medina trial-financeiro-midiático que opera, sobretudo no Brasil, na Argentina, no Paraguai e no Oriente boliviano que atualiza as tradicionais *plantations* agro-industriais que desde o século XVI mantém tecnologias de ponta para explorar grandes concentrações de terra. No século XVI, diga-se de passagem, não havia no mundo tecnologias manufatureiras mais modernas que os engenhos que operavam no Brasil, Cuba e Haiti. O mito do desenvolvimento tecnológico se mostra tão antigo como nossa colonização. Aliás, só uma mentalidade eurocêntrica colonial conta a história a moderna tecnologia a partir da Europa ignorando os engenhos que aqui operavam.

envolvimento”, sobretudo pelas empresas do setor de construção civil (como as empresas brasileiras Camargo Correa, Norberto Oderbrecht), as empresas envolvidas na exportação de *commodities* minerais, com destaque para as que exportam bauxita e alumínio (as que mais consomem energia elétrica), ferro e manganês (que consomem na Amazônia muito carvão vegetal para fazer ferro-gusa, contribuindo enormemente para a devastação da floresta), e os latifúndios empresariais de monocultivos de exportação de madeira e celulose (eucalipto), soja, cana/etanol e carnes (frangos, porcos e bovinos).⁵⁷ Os conflitos gerados por esse neo-desenvolvimentismo neo-extrativista têm sido grandes tanto na Venezuela (caso dos Yukpa, Wayuu e Bari em Zulía), na Bolívia, no Equador, na Argentina, no Brasil, assim como no Peru (caso Bagua), no Chile e na Colômbia.

Perspectivas emancipatórias

Novamente Cochabamba se vê palco, em 2010, de uma experiência emancipatória desse contraditório e rico processo em curso na América Latina/Abya Yala. Ali, entre 19 e 22 de abril de 2010, cerca de 35.000 ativistas/intelectuais de 142 países aquiesceram à convocação do Presidente da Bolívia Evo Morales Ayma e se reuniram na *Cumbre de los Pueblos sobre Cambio Climático e Derechos de la Madre Tierra*. A julgar pelos documentos ali aprovados em 18 meses de trabalho, sendo 17 oficiais e uma auto-convocada pelo CONAMAQ (Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu), mais do que conclusões vimos a inauguração de uma nova etapa na construção de um amplo movimento que oferece uma agenda comum para os diferentes movimentos sociais. Afinal, o aquecimento global não é um tema ambiental, como alguns tentam reduzi-lo. Ele é a expressão de uma sociedade que ao querer dominar a natureza faz como qualquer dominador faz: ignorar o dominado na sua condição de outro, pois só o vê naquilo que interessa aos dominadores. O efeito estufa é um efeito não desejado, mas induzido pelo desenvolvimento de uma sociedade que tem no seu cerne o crescimento econômico ilimitado. Todavia, o planeta, assim como os povos e suas culturas, tem seus limites, têm tempos próprios que não se resumem aos tempos da produtividade para se conquistar mercados e se obter lucros. Enfim, o aquecimento global, que tem suas causas naturais próprias, é agravado pelo êxito do sistema capitalista e não por suas falhas. A

57 É interessante observar os riscos de pandemias associados à produção industrial de animais – frango, porcos e bovinos - que já nos deu a gripe aviária, a gripe suína (que as técnicas de poder rebatizaram como H1N1) e a vaca louca.

Revolução Industrial, corretamente tomada como marco de um projeto civilizatório que hoje coloca a humanidade sem perspectiva de futuro, se fez com a máquina a vapor que devolve à atmosfera o CO₂ que as próprias plantas e animais retiraram da atmosfera milhões de anos atrás e que foram mineralizados e transformados em fósseis sob a forma de carvão e petróleo. O mito da técnica em seu afã de dominar a natureza viu mais a máquina do que o vapor que ela também produzia. Os princípios da termodinâmica, como os da lei da entropia, foram simplesmente ignorados. Por isso Cochabamba se torna emblemático ao trazer para o léxico político o direito da natureza, ao debater o *Bien Vivir* (Suma Qamaña/Suma Kawsay), enfim, ao colocar a idéia ampla de comunidade, a Pachamama, que envolve não só os homens e mulheres de cada cultura, mas todas as formas de vida, além das montanhas, dos rios, dos glaciares, das energias que são fonte de toda criação.⁵⁸

Ali em Cochabamba foi consagrada a idéia de que a natureza deva ser portadora de direitos, conforme reza a nova Constituição do Equador, com a proposta de que a ONU aprove uma Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra, tal como aprovou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Com isso, cria-se a possibilidade de que sejam criminalizados os que cometam crimes contra a natureza. Daí a proposta de criação de um Tribunal Internacional de Justiça Climática e Ambiental também aprovada em Cochabamba.

A idéia de um *referendum* que propicie que em todo mundo a mulher e o homem comum venham a opinar sobre questões de fundo, como o aquecimento global, é uma crítica prática ao olvido que as instituições estatais vêm manifestando, conduzindo-o na mesma rota que criou o problema, qual seja, a de querer transformar tudo em mercadoria, em oportunidades de mercado, como se viu em Copenhague (propostas de crédito de carbono e de vendas de “tecnologias limpas”). A ONU vem se tornando refém de estados, de empresários e de gestores que de toda maneira vêm procurando evitar a reapropriação social da natureza que é o que os movimentos sociais vêm sinalizando. A idéia de um *referendum* sobre o aquecimento global é uma crítica prática aos estados, e à ONU, que não têm sido capazes de proporcionar uma participação efetiva aos concidadãos e aos povos/etnias reduzindo a democracia a um dos seus procedimentos: as eleições. A *Cumbre de los Pueblos* conclama, ao

58 Atenção: não caíamos na tentação de traduzir Pachamama como Natureza, pois assim deixamos escapar esse sentido amplo de fonte de toda a vida, que inclui a cultura, a criatividade humana. Traduzir Pachamama como natureza é reduzir essa idéia ao eurocentrismo que separa natureza e cultura.

contrário, à participação protagônica através de mecanismos de democracia participativa, como o *referendum*⁵⁹.

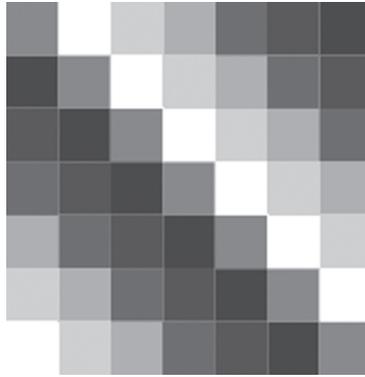
Enfim, se a política é, como nos ensinavam os gregos, a arte de definir os limites, o que está na agenda política hoje é a reinvenção da política, haja vista que os limites de intervenção sobre a natureza estão ao mesmo tempo exigindo um amplo movimento de reapropriação social da natureza. E falar em reapropriação social da natureza é juntar aquilo que a natureza do capitalismo separou. Enfim, *bios e polis* juntas é o que emana do Espírito de Cochabamba. A luta pela terra é, hoje, também a luta pela Terra, mas luta pela terra/Terra que se quer reconhecendo a diversidade dos territórios/das territorialidades tão bem representadas na Whypala.⁶⁰

59 Para ter acesso aos documentos finais da *Cumbre de los Pueblos* de Cochabamba consultar http://www.movimientos.org/conferenciamundialpueblos/show_text.php3?key=17208

60 Pablo Mamani nos diz: “Pedagogicamente, a *whipala* te dá um arcabouço amplo de entendimento sobre o sentido do horizontal. O que propõe? Uma maneira de ver de várias formas a horizontalidade: uma desde *abajo*, uma desde o meio, seja de frente para trás seja de trás para frente. A *whipala* tem quatro lados, mas você pode colocá-la em qualquer posição e verá a horizontalidade respeitada, com todas as cores incluídas em todas as linhas. No sentido vertical, todos estão incluídos também. E, no diagonal, a linha branca divide exatamente o meio: acima 21 quadrados e abaixo também. Tudo está equilibrado. É uma complexidade muito mais interessante que uma divisão cartesiana, na qual cada comunidade é diferente, com sua dinâmica interna, mas sem jamais perder a harmonia na totalidade”. Consultar Mamani, Pablo (2010).

Willy Cruz Yampara, Apu Mallku do CONSAQ (Conselho Nacional de Suyos, Aymaras e Quechuas) assim define a Whypala. “(...) a whipala é um símbolo que temos recuperado, a equitatividade, a complementaridade das cores, a complementaridade dos quadrinhos, que ninguém devia ser maior nem menor, essa é a mensagem de ser equitativos e complementários ao mesmo tempo, em tantos quadrinhos. É claro, às vezes nos passamos também ao dizer que isto é cada ayllu, ou 47 nacionalidades, assim já exageramos, às vezes somos bem fanáticos ao dar-lhe lógicas, mas o que mais absorvemos é que há que ter essa complementaridade, ser todos iguais, o objetivo é ser iguais. Claro, na prática não pode ser exatamente o que é exato, um é mais inteligente, outro um pouco menos, mas isso não deveria ser obstáculo para estar vivendo bem em complementaridade e equilíbrio. Essa é a mensagem que temos recebido”.

A Whypala



Bibliografía

- Bartra, A. (2008) *El hombre de hierro. Los límites sociales y ambientales del capital*, UNAM, México, DF.
- Bourdieu, P. (2001) *O poder simbólico*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Linera García, Á. (2009) “El punto de bifurcación es un momento en el que se miden ejércitos”, entrevista de Maristella Svampa, Pablo Stefanoni y Ricardo Bajo. Em: *Le Monde Diplomatique* (version boliviana), agosto.
- Mamani, P. (2010) “Tenemos que empezar la carrera por la vida”, entrevista a Vinicius Mansur. Em: *Revista América Latina en Movimiento Alternativas civilizatorias: los viejos nuevos sentido de humanidad*, no. 453, Quito.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2009) *Abya Yala*. Em: Sader, Emir *et al.* (2009) *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea de América Latina y el Caribe*, Ed. Akal, Madrid, 2009 e Boitempo, São Paulo.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2009) *Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina*, Universidade de Zulia e IVIC, Maracaibo-Caracas.
- Ribeiro, D. (1973) “Indigenato e campesinato”. Em: *Revista Vozes*, a. 73, vol. LXXIII, Petrópolis.

- Sader, E. *et al.* (2009) *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea de América Latina y el Caribe*, Ed. Akal, Madrid, 2009 e Boitempo, São Paulo.
- Sader, E. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Souza Santos, B. (2010) *La refundación del Estado en América Latina: perspectiva desde una epistemología del Sur*, IVIC, Caracas, 2010.
- Wallerstein, I. (2008) *Historia y dilemas de los movimientos antisistémicos. Contrahistorias*, UACM, México, DF.